

NOTA DE POSICIONAMENTO SOBRE A TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DO PL 278/2026, QUE INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA SERVIÇOS DE DATA CENTERS (REDATA)

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso Nacional, composta por Deputados Federais e Senadores da República, e que reúne especialistas, entidades de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil, sob a coordenação do deputado Nilto Tatto, manifesta profunda preocupação com a tramitação do PL 278/2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Centers (REDATA), cuja urgência foi aprovada na noite desta terça-feira, 10 de fevereiro, no plenário da Câmara dos Deputados.

Data centers são infraestruturas físicas responsáveis por armazenar, processar e transmitir grandes volumes de dados com alta velocidade e eficiência, viabilizando a base do mundo digital, inclusive para a inteligência artificial. No entanto, esses empreendimentos impactam de forma expressiva o consumo de água e energia elétrica, além dos territórios onde são instalados, e produzem volumes expressivos de lixo eletrônico. Experiências internacionais impõem um claro sinal de alerta do ponto de vista socioambiental.

O Projeto de Lei 278/2026 foi apresentado para evitar a caducidade da Medida Provisória 1312/2025, ambos com o mesmo conteúdo legislativo. A proposição integra a chamada Política Nacional de Data Centers e tem por objetivo antecipar os efeitos da reforma tributária, concedendo isenções tributárias ao setor sem prever critérios robustos de salvaguardas socioambientais para a mitigação dos impactos, medida necessária diante da natureza do empreendimento. Ao disciplinar que os interessados devem atender a critérios e indicadores de sustentabilidade definidos posteriormente em regulamento, o projeto deixa de elencar condicionantes concretas, o que fragiliza qualquer limitação eficiente aos impactos ambientais. Evidencia-se, assim, a necessidade de substituição desses dispositivos por critérios mais claros, por meio de emendas, que delimitem efetivamente a exploração dos recursos naturais e os impactos gerados.

O processo de discussão da iniciativa legislativa do REDATA não incluiu representantes da sociedade civil, especialmente dos setores socioambientais e dos territórios potencialmente atingidos, desconsiderando impactos ao meio ambiente e os efeitos relacionados às mudanças climáticas. A matéria está tramitando de forma célere na Câmara dos Deputados, sendo levada a votação em regime de urgência diretamente em plenário, sem qualquer espaço de discussão nas comissões temáticas, o que inviabiliza o aprofundamento do debate e o aprimoramento do texto legislativo.

As organizações da sociedade civil e o Congresso Nacional devem assumir o protagonismo nessa proposta, apresentando as contribuições necessárias à construção de um modelo de desenvolvimento tecnológico pautado na sustentabilidade, com a previsão de critérios robustos e

condicionantes para a instalação de infraestruturas como os data centers, que reduzam os impactos ambientais e garantam a participação ativa e os direitos dos territórios e de seus povos.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista conclama o governo e os parlamentares a viabilizarem, previamente à votação em Plenário, reuniões técnicas com a sociedade civil de modo a suprir, ainda que extraordinariamente, o debate participativo que o regime de urgência inviabilizou. Adicionalmente, a Frente faz um chamado a seus membros a apresentarem emendas que estabeleçam, no texto do PL 278/2026, critérios ambientais vinculantes, como eficiência hídrica, energética, rastreabilidade do lixo eletrônico e consulta prévia aos territórios, transferindo para a fase de regulamentação as salvaguardas que o rito célere não permitiu contemplar adequadamente.

A Frente entende que o desenvolvimento digital do Brasil precisa ser feito com justiça ambiental e responsabilidade climática, e seguirá atuando para que o REDATA seja aperfeiçoado à altura desse compromisso.

Brasília, 11 de fevereiro de 2026.

DEPUTADO FEDERAL NILTO TATTO
Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista